



MUDANÇAS NA FISCALIZAÇÃO

Notícias falsas provocam recuo do governo sobre Pix

A crise gerada pela divulgação de fake news fez o Executivo anunciar a revogação de normativa da Receita que aumentava a fiscalização sobre o sistema de pagamentos. Planalto publicará MP para reforçar que não haverá taxaço nas transações

» MAYARA SOUTO
» VICTOR CORREIA

João Risi / Seaud / PR



Haddad com Messias (E) e Barreirinhas: "Medida provisória reforça os princípios da não oneração, da gratuidade do uso do Pix"

O governo recuou e revogou a instrução normativa da Receita Federal que aumentava o escopo de fiscalização do Pix, após uma enxurrada de notícias falsas sobre taxaço desse meio de pagamento. A decisão foi anunciada, ontem, pelo secretário especial da Receita, Robson Barreirinhas, depois de reunião convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também participaram o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias.

Além disso, Lula vai editar uma medida provisória para garantir que o Pix não será taxado e continuará a ser protegido pelo sigilo bancário. O texto, que dependerá da aprovação do Congresso, também proibirá que comerciantes cobrem valores mais altos em transações digitais do que em dinheiro. Também foi anunciado que a Polícia Federal investigará as fake news sobre o Pix (leia reportagem na página ao lado).

A crise provocada pela divulgação de notícias falsas forçou o governo a corrigir o rumo. "Nos últimos dias, pessoas inescrupulosas distorceram e manipularam o ato normativo da Receita Federal, causando pânico principalmente na população mais humilde", comentou Barreirinhas. "Por conta dessa continuidade do dano, decidimos revogar esse ato, em um primeiro momento, por dois motivos: um deles é tirar isso que virou arma na mão de criminosos e escrupulosos; e a segunda razão é não prejudicar o debate da MP", acrescentou.

Desde o dia 1º deste mês, passou a valer uma normativa da Receita Federal, publicada em julho do ano passado, que aumentou a fiscalização do Pix. Com a medida, bancos digitais, fintechs e instituições de pagamento — como as "maquininhas" — passaram a ter de enviar ao Fisco dados sobre transações que superem R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas, e R\$ 15 mil mensais para pessoas jurídicas.

Bancos de grande porte já eram obrigados a repassar tais informações. Ontem, a jornalista, Haddad afirmou que os bancos digitais e as fintechs



O estrago causado está feito por esses inescrupulosos. Inclusive, senador da República e deputado federal agindo contra o Estado brasileiro. Essas pessoas vão ter que responder pelo que fizeram"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

também já o faziam de forma voluntária, pois era comum o uso de contas dessas instituições por golpistas.

O ministro da Fazenda também comentou sobre a medida provisória. "É uma MP que reforça os princípios tanto da não oneração, da gratuidade do uso do Pix, quanto de todas as cláusulas de sigilo bancário em torno do Pix, que foram objetos de exploração dessas pessoas que, na nossa opinião, estão cometendo um crime", frisou o titular da Fazenda.

O Pix não é taxado e, como destacou o ministro, o atual governo é contra a cobrança. As transações também já estão garantidas pelo sigilo bancário. Ou seja, a proposta não muda, de fato, a transação digital, mas funciona como uma resposta política em meio à artilharia nas redes.

"Pix é dinheiro. Pix é depósito em dinheiro instantâneo na conta das pessoas. Não é crédito, não é DOC, que vai no dia seguinte, nada disso", enfatizou Haddad, ao justificar que não



Nos últimos dias, pessoas inescrupulosas distorceram e manipularam o ato normativo da Receita Federal, causando pânico principalmente na população mais humilde"

Robson Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal

faz sentido taxar a ferramenta. "E não é porque (o Pix) passa pelo sistema financeiro que não está protegido pelo sigilo. Está da mesma forma", emendou. A Receita tem acesso apenas aos valores movimentados, e não ao destino e à finalidade dos pagamentos.

De acordo com Haddad, a intenção da MP é deixar claras as regras do Pix e levar a discussão ao Congresso. Questionado, o chefe da Fazenda negou que o governo tenha cedido à pressão das notícias falsas

ao revogar as mudanças.

"Nós queremos que a MP seja discutida com sobriedade pelo Congresso Nacional. Não queremos contaminação com fake news para discutir aquilo que está na lei", afirmou. Ele admitiu, porém, que a desinformação gerou problemas. "O estrago causado está feito por esses inescrupulosos. Inclusive, senador da República e deputado federal agindo contra o Estado brasileiro. Essas pessoas vão ter que responder pelo que fizeram", disse.

Oposição cutuca gestão Lula: "Arregou"

» ISRAEL MEDEIROS

O anúncio do governo de que revogará a medida que aumentava a fiscalização do Pix fez opositores da gestão Lula festejarem nas redes sociais e creditarem o recuo à "pressão popular".

"Arregou. Lula sentiu a pressão da população e voltou atrás em relação ao Pix. A união faz a força", postou a deputada Carla Zambelli (PL-SP).

Já o senador Jorge Seif (PL-RJ) escreveu que "o governo tentou esconder, dizendo que o que falamos era mentira". "Se era mentira, por que revogar? Prova de que sempre estivemos certos. O Pix é uma conquista deixada por

Bolsonaro ao povo e não vamos permitir mudanças."

O também senador Rogério Marinho (PL-RN) afirmou que o governo de Lula é uma piada e disse sentir saudades de Bolsonaro como presidente. "Com medidas atabalhoadas e a recusa de adotar reformas estruturantes, o governo mostra que só pensa em arrecadar e que nunca terá a confiança do povo", postou.

Aliados do Planalto também foram às redes. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), disse que Lula acertou em revogar a instrução. "O governo nunca pretendeu taxar o Pix nem cobrar imposto nas transações de Pix, cometendo injustiça

contra quem batalha na informalidade. Para que essa dúvida não permaneça na cabeça das pessoas, explorada pela oposição com suas fake news, desinformação e golpes, foi correto revogar", disse.

Já o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que houve uma "avalanche de fake news" sobre o tema e que o objetivo do governo era aumentar a fiscalização e o monitoramento para coibir a ação de organizações criminosas. "Eles inventaram essa história de que ia haver taxaço de Pix. Só que essas fake news estavam tendo consequências. Golpistas estavam atuando, tentando fazer cobranças, como se fossem da Receita Federal", frisou.

BC faz memes

A conta do Banco Central no X publicou um vídeo em que ridiculariza quem espalha desinformação sobre o Pix. Na postagem, há diversos memes e imagens de bolsonaristas pedindo por intervenção alienígena, em um registro que viralizou em 2022.

"Se você fazia Pix gratuitamente, vai continuar fazendo. Não tem tarifa nenhuma. Ninguém vai quebrar seu sigilo e espiar para quem você está fazendo Pix", diz o vídeo. Desde 30 de dezembro do ano passado, o presidente da instituição é Gabriel Galpólo, indicado por Lula para o cargo. Ele substituiu Roberto Campos Neto.

» Variação nas transações com Pix

Houve um recuo de 15% no total de transações via Pix nas duas primeiras semanas deste mês em relação ao mesmo período de dezembro. No entanto, por ora, técnicos do Banco Central não veem esse movimento de queda como consequência das fake news. "(O) Movimento do Pix está dentro da variação sazonal de início de ano", informou, ontem, o BC, em comunicado. Quando a comparação é feita com janeiro de 2024, houve um crescimento de 30% nas transações, ritmo considerado dentro do normal pelo BC.

Saiba mais

Cronologia da crise

1º de janeiro — início do monitoramento

» A Receita Federal começa a fazer o monitoramento em operadoras de cartão de crédito e instituições de pagamento. A medida havia sido publicada em setembro no *Diário Oficial da União (DOU)*. Os dados seriam apresentados quando o montante movimentado no mês superasse R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para jurídicas.

4 de janeiro — divulgação da regra pela Receita

» A divulgação da medida é recebida por uma onda de fake news. Nos dias seguintes, as notícias falsas se disseminam com mais força, afirmando que a medida significaria uma taxaço sobre o Pix, ou que quem realizasse movimentações acima de R\$ 5 mil seria obrigado a pagar a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, ou que o PT criminalizaria o porte de dinheiro físico para aumentar a arrecadação por taxaço de pessoas físicas.

9 de janeiro — fake news se multiplicam

» Vídeo com uso de inteligência artificial adultera a voz do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para simular que ele tenha declarado que o plano do governo é "taxar tudo" e falado na criação de imposto "do cachorrinho de estimação", imposto de "pré-natal" para grávidas e imposto "das betas".

10 de janeiro — Vídeo de Lula

» Chamam a atenção os registros de lojistas e outros comerciantes se recusando a receber Pix. Sem entender a medida, os pequenos negócios demonstram cautela, e há quem divide em mais de um CPF para recebimento. » Golpistas também utilizam a confusão sobre a medida para cometer crimes. Com as fake news incluindo a adulteração da voz de ministro em vídeo, o governo tenta reforçar a comunicação de que a medida não significaria mais impostos. O presidente Lula publica vídeo no qual faz um Pix de R\$ 1.013 para a vaquinha da Arena Corinthians, como uma tentativa de demonstrar que não há taxaço.

14 de janeiro — oposição pede "impixment" de Lula

» Mesmo após a Receita, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o ministro da Fazenda e o Planalto terem negado que haveria taxaço do Pix, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro na Câmara insistiram nas fake news e tentaram mobilizar a oposição, pedindo até o impeachment ("impixment") de Lula. Vídeos dos parlamentares da oposição tiveram 20 vezes mais interações do que os do governo.

15 de janeiro — anunciada a revogação da medida

» O governo Lula informa que revogará a medida da Receita e que publicará uma medida provisória para reforçar a gratuidade e o sigilo do Pix.